

Declaração de Voto em Plenário de dia 27 de Novembro: Orçamento de Estado -Proposta Avocada do BE 329C (substituição) – Contribuição Solidária para a extinção da dívida tarifária do Sistema Elétrico Nacional.

Durante a presença da *troika* em Portugal, e mesmo após a sua saída, foram vários os relatórios das instituições internacionais (FMI e Comissão Europeia) que alertaram para as rendas excessivas no sector da energia. Também as organizações da sociedade civil portuguesa de defesa dos consumidores (e.g. DECO) têm alertado para a necessidade de reduzir as rendas excessivas na energia. Em relação a “indústrias nascentes”, como era o caso das energias renováveis quando começaram a ser introduzidas em Portugal, justificava-se na altura um incentivo especial através de tarifas garantidas acima do valor de mercado da energia. Com a maturidade desses investimentos, já não se justifica manter esses incentivos. Na impossibilidade de revisão de contratos que garantem uma rentabilidade excessiva desses investimentos, a única possibilidade de diminuir as rendas excessivas neste sector é através de um imposto. Já existe uma contribuição extraordinária para o setor energético (CESE) que até ao momento isentava o setor das renováveis. Caso a proposta do BE fosse aprovada haveria um alargamento dessa contribuição às renováveis.

A proposta do Bloco de Esquerda é equilibrada pois a “contribuição solidária”, na prática um imposto, tem uma taxa de 30% sobre a diferença entre a tarifa garantida e o preço médio da eletricidade, é não repercutível, direta ou indiretamente, nos consumidores e está consignada à redução da dívida tarifária. Tem ainda um conjunto de isenções relevantes para pequenos ou micro produtores, nomeadamente a produção de eletricidade para autoconsumo.

Apenas por razões de disciplina de voto em sede de Orçamentos de Estado, voluntariamente aceite ao integrar a lista do PS, não divergi do sentido de voto do PS contra a proposta do BE. Na ausência dessa disciplina teria votado essa proposta favoravelmente.

Paulo Trigo Pereira, Grupo Parlamentar do PS